

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
FAETEC

01.418.115/0001 - 63

REF.: CONCORRÊNCIA 002/2021 – SEI Nº 26005/000037/2021

ENGE - WALL CONSTRUÇÕES LTDA.

RUA AGUIAR MOREIRA, 536

BONSUCESSO - CEP: 21041 - 070

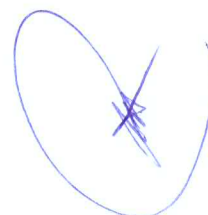
RIO DE JANEIRO - RJ

A empresa **Engewall Construções Ltda, CNPJ Nº 01.418.115/0001-63**, com sede na Rua Aguiar Moreira, nº 536, Bonsucesso– Rio de Janeiro – CEP 21041-070, telefones (21) 3341-4059 e-mail licitacao@engewall.com, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria apresentar o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão dessa r. Comissão que habilitou as empresas **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA.; NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e RJL2 CONSTRUÇÕES LTDA.**, uma vez que essas não atenderam ao exigido pelo Edital na fase habilitatória, ensejando assim a violação dos princípios constitucionais da Vinculação ao Instrumento Convocatório e da Legalidade conforme se demonstrará especificamente a seguir.

I – DA PERTINÊNCIA E TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO



Tendo em vista que a intenção de recurso foi manifestada e acatada na sessão de 28/05/2021 e devidamente registrada em Ata e que o prazo recursal ali previsto é até **08/06/2021**, configura-se portanto **PERTINENTE e TEMPESTIVO** o presente **RECURSO**.

II – DOS FATOS

A sessão de habilitação da Concorrência nº **002/2021**, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, nas Unidades de Ensino e Prédios Administrativos sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC / Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, ocorreu no dia 28/05/2021.

Nessa sessão, após análise dos documentos de habilitação das empresas participantes a Comissão de Licitação concluiu-se pela habilitação das seguintes empresas: **AGABO COMERCIO E SERVIÇO LTDA., CRATER CONSTRUÇÕES LTDA., ENGEWALL CONSTRUÇÕES LTDA., CONSTRUTORA RJL2 LTDA., NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e WL ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA.**

Tendo em vista que a carga de documentos a serem analisados é assaz numerosa, e que pode ter passado despercebido por essa Comissão de Licitação, é que vem esta recorrente apontar as inconformidades na documentação apresentada por algumas empresas e pedir a reforma da decisão exarada na sessão de 28/05/2021 para que sejam as empresas apontadas consideradas inabilitadas para a Concorrência 002/2021, conforme passará a expor detalhadamente.

III – DAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS E SEU NÃO ATENDIMENTO PELAS EMPRESAS QUE SE APONTAM

3.1 – DO NÃO ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PELA EMPRESA CRATER CONSTRUÇÕES LTDA.



O Edital da Concorrência 002/2021 exige no seu subitem 6.3- Da Habilitação Jurídica:

“(…)

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, **devidamente registrado**, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;”(grifamos)”

Ocorre que a empresa Crater Construções Ltda., apresentou seu Contrato Social **sem a devida chancela**, ou seja, nada há que indique que este Contrato está corretamente registrado na JUCERJA. Embora tenha apresentado um protocolo com a numeração 00-2020/257841-0 datado de 01/12/2021, com o indicativo de seu último arquivamento de nº 00003780600, datado de 03/10/2019, porém a minuta do contrato apresentado não possui nenhum elemento que se faça comprovar que este protocolo se refere ao seu Registro do citado Contrato Social.

Ainda que esse protocolo pudesse ser atrelado ao ato de Registro, por certo que a obrigação da licitante seria apresentar o Contrato Social “devidamente registrado”, como exige o Edital, ou seja, chancelado pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

É de conhecimento geral que todo empresário tem a obrigação de registrar os atos societários na Junta Comercial da Unidade da Federal na qual está localizada sua sede, nos termos do que dispõe o artigo 967 do Código Civil:

“**Art. 967.** É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.”

Também o Código Civil Brasileiro assim como a Lei 8.934/94, que regulamenta o registro das sociedades empresariais nas Juntas Comerciais,



prevê que deverá ser feito o arquivamento do Contrato Social da empresa no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua assinatura.

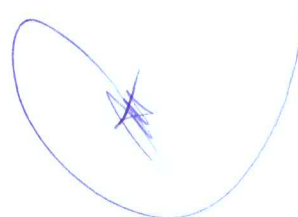
“**Art. 1.151.** O registro dos atos sujeitos à formalidade exigida no artigo antecedente será requerido pela pessoa obrigada em lei, e, no caso de omissão ou demora, pelo sócio ou qualquer interessado.

§ 1º Os documentos necessários ao registro deverão ser apresentados no prazo de trinta dias, contado da lavratura dos atos respectivos.

§ 2º Requerido além do prazo previsto neste artigo, o registro somente produzirá efeito a partir da data de sua concessão.”

Assim como está previsto na legislação, bem como pelo entendimento pacificado na jurisprudência, o Contrato Social que não possui o devido Registro, não é hábil para produzir os efeitos legais a que se destina. Apenas a título de exemplo expomos o julgado abaixo, dentre tantos outros de mesmo teor no julgamento da matéria:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA DEFERIDA NESTE GRAU DE JURISDIÇÃO. RETIRADA DO SÓCIO DA EMPRESA. **ALTERAÇÃO CONTRATUAL NÃO REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL.** INOPONIBILIDADE A TERCEIROS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A **alteração contratual**, enquanto não **registrada** no órgão competente, não gera efeitos perante terceiros, justamente porque é o registro que lhe garante publicidade e, com isso, a oponibilidade contra terceiros (Apelação Cível n. 2006.024935-6, de Curitiba. Relator: Des. Cláudio Valdyr Helfenstein j. 8-10”



Sabe-se também que a JUCERJA já adota a algum tempo a chamada “Chancela Digital como instrumento virtual de autenticação de todos os processos da JUCERJA 2009).”

Porém, mesmo que digitalizado fica expressamente marcado no Contrato Social das empresas a comprovação do Registro, como pode ser observado até mesmo no Contrato Social desse Recorrente, que também possui a chancela digital.

Entretanto, a Cópia do Contrato Social que a empresa apresentou NÃO tem comprovação de Registro na Junta Comercial, nem manual nem digital, o que o torna totalmente ilegítimo para ser considerado aceito como documento de habilitação exigido na citada alínea do Edital.

Chamamos a atenção dessa r. Comissão que também a empresa ora recorrida deixou de apresentar a certidão do 2º Ofício de Registro e Distribuição do Distribuidor da Comarca da Capital, contrariando o que exige o Edital.

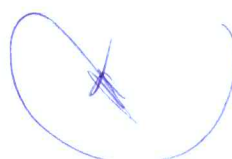
Dessa forma, deve a empresa **Crater Construções Ltda.** ser considerada inabilitada por não atender ao exigido no subitem 6.3, alínea “c” do Edital da Concorrência 002/2021.

3.2 – DO NÃO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PELA EMPRESA NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME

No que tange às exigência de comprovação de habilidade técnica o Edital da Concorrência 002/2021 é expresso:

“(…)

c) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Concorrência, profissional ou **profissionais de nível superior, abaixo relacionados**, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA e/ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico –



CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação.


PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR (obrigatório)
Engenheiro Civil e/ou Arquiteto
E
ENGEHEIRO ELETRICISTA

c.1 A comprovação de que os detentores dos referidos Atestados de Responsabilidade Técnica são vinculados à licitante, deverá ser feita através de cópia de sua ficha) de registro de empregado, das Certidões de Registro do CREA e/ou CAU, dos contratos particulares de prestação de serviços, dos contratos de trabalho por prazo determinado ou por meio de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e os profissionais qualificados, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.
(...)”

No Termo de Referência, Anexo I do Edital estão especificadas as parcelas de maior relevância que deverão ser comprovadas que o profissional indicado tenha executado

Relevância técnico-profissional:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Execução de serviços de pintura;
2	Execução de serviços de alvenaria e revestimento;
3	Execução de serviços de impermeabilização com manta asfáltica;



4	Execução de serviços de instalações elétricas de baixa e média tensão
5	Execução de serviços de subestação de energia elétrica
6	Execução de serviços de reparo e/ou construção de telhados
7	Execução de serviços de inspeção interna não destrutiva em rede de esgoto sanitário e/ou águas pluviais por meio de imagem
8	Execução de serviços com equipamento hidrojato, "Sewer-Jet" e/ou "VacAll"

Esta licitante apresentou como profissional técnico responsável o engenheiro civil Regis de Schueler Belmont Junior e juntou alguns atestados com as Certidões de Acervo Técnico onde estão descritas as experiências do citado profissional.

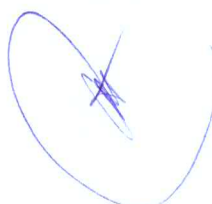
Entretanto, verifica-se que na CERTIDÃO DE ACERVO DO PROFISSIONAL Nº 914/2016 em nome desse engenheiro civil CREA/RJ 19961122009, que tem como contratante a empresa ALFAVILLE, cujo objeto é OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CONDÔMÍNIO MISTO COMPOSTO DE 611 LOTES RESIDENCIAIS, 5 COMERCIAIS COM INFRAESTRUTURAS, não há nesse Atestado, ou outro atrelado à empresa, elementos que demonstre a capacitação técnica nos itens de maior relevância técnico profissional, 7 e 8 a saber:

"Item 7 - Execução de Serviços de inspeção interna não destrutiva em rede de esgoto sanitário e /ou águas pluviais por meio de imagem;

item 8 - Execução de serviços com equipamento hidrojato "Sewer-Jet" e/ou "VacAll";"

Também com relação à comprovação de capacitação técnica **do engenheiro eletricista**, MAURÍCIO PLABO GAMBOINI SILVA, verifica-se que as Certidões de Acervos Técnicos não habilita o profissional, uma vez que a Certidão de Acervo técnico está em nome da Empresa Construtora Oriente e não do profissional, como exige o Edital.

O Edital é claro em exigir a comprovação de capacidade técnica do profissional, por meio da Certidão de Acervo do profissional que estará envolvido nos trabalhos, caso a licitante vença o certame. A capacitação exigida é personalíssima.



O engenheiro eletricista está apenas apresentado nas Certidões de Acervo técnico em nome da empresa Oriente. Não se refere este atestado à capacitação do engenheiro eletricista e sim de uma terceira empresa estranha ao quadro da licitante.

Assim sendo, também a recorrida não apresentou demonstração de capacidade técnica do engenheiro eletricista indicado.

Chama a atenção também os atestados operacionais apresentados no nome da empresa Nolasco uma vez que o Edital é bastante claro ao exigir que no subitem 6.6 alínea “b”

“b) apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (quando for o caso), que comprovem aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação;”

Ora, o objeto do Edital é “Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações”

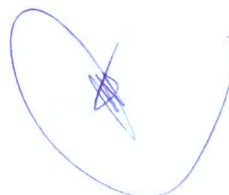
Os objetos dos Acervos Técnicos apresentados pela licitante recorrida são:

“9946/2009- Objeto: Execução de Melhorias Físicas e Operacionais, Recuperação viárias e ambiental, pavimentação, drenagem, novas pontes sobre o canal do Itajuru e Palmer - RJ 106/RJ 140 -CONTRATANTE-FUNDERJ/RJ;

6969/2006: Objeto: Execução das Instalações Elétricas em geral, referente a conservação e manutenção das Rodovias RJ 104/ RJ 116 contratante: CONCESSIONARIA ROTA 116.

6099/2009 - Objeto: Obras de Instalação do Parque esportivo TAMOIO- Xerém /Duque de Caxias / RJ -CONTRATANTE - FUNDERJ/RJ

E os objetos dos Atestados de capacidade técnica operacional são



“ ATESTADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ/RJ - LOCAÇÃO DE MAQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PESADOS”

Assim sendo, pode-se depreender sem nenhum esforço que os objetos dos atestados apresentados por essa licitante não guarda pertinência nem compatibilidade com o objeto licitado , já que não há **nenhuma certidão do CREA/RJ** registrada em conformidade ao objeto em nome da empresa.

Significa então que a Nolasco não atendeu também ao subitem 6.6, alínea “b” do Edital, bem como não atende ao Termo de Referência que requer que a empresa demonstre ter executado “ *serviços de manutenção preventiva e corretiva e/ou reforma em instalações* de complexidade igual ou superior ao objeto deste termo.”

3.3 – DO NÃO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PELA EMPRESA RJL2 LTDA.

Analisando a documentação apresentada pela empresa RJL2 LTDA., verifica-se que esta empresa apresentou duas declaração de responsáveis técnicos profissionais, sendo:

1ª a) Engenheiro Elétrico: Fábio de Paula Carvalho - CREA/RJ N° 201210775 CPF N° 117.341.037-60

b) Arquiteta : Rita de Cassia Silva - CAU/RJ N° A18162-5 CPF N° 892.046.467-72

2ª a) Engenheiro civil : Sidney Kaizer de Oliveira, CREA/RJ2014120626 CPF S/N°

b) Engenheiro Elétrico: Fábio de Puala Carvalho CAU/RJ N° A18162-5 CPF S/N°

A única certidão de Acervo apresentada de nº 48582/2017, da executante: HAPIACA PAVIENTAÇÃO LTDA, referente ao engenheiro civil SIDNEY KAIZER DE OLIVIERA, não contempla o itens de relevâncias:



“1-Execução de serviços de pintura; 2-alvenária e revestimento; 3-impermeabilização de manta asfáltica, 6execução de serviços de telhados.”

Já quanto ao profissional RESPONSÁVEL TÉCNICO ARQUITETO: RITA DE CASSIA SILVA, o que foi apresentado de sua capacitação técnica foram as Certidões:

Certidão de Registro c/ATESTADO nº 00340320-atestado de capacidade técnica(parcial);

Certidão de Registro c/ ATESTADO nº 00528803 - atestado de capacidade técnica (parcial)

Apenas a certidão de registro c/ ATESTADO nº 414608 - APRESENTA COMO CONCLUÍDO.

Ora, o item 14 do TERMO DE REFERENCIA deixa claro que:

“Para comprovação da experiência mínima exigida, será aceito o somatório de atestados. No entanto, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato, ou se decorrido , pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

- Os atestados deverão conter de forma clara o prazo contratual, com a data do início e do fim da prestação do serviço, local da prestação do serviço e o objeto do contrato” (grifamos)

Como se vê, os Atestados apresentados pela empresa **RJL2** para a profissional técnica Arquiteta **NÃO** atende ao exigido no Edital uma vez que foram registrados antes do término dos trabalhos, devendo assim serem desconsiderados para a habilitação desta empresa neste certame.



Neste caso, resta que os demais atestados apresentados não são suficientes para comprovar a capacidade técnica da licitante, devendo a mesma ser inabilitada.

IV - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DA LEGALIDADE

Como está disposto no preâmbulo do Edital, esta licitação está sendo regida pelos termos gerais da Lei Federal nº 8.666/93, além dos demais diplomas legais inerentes à matéria.

É cediço que a Lei 8666/93, traz expresso no seu art. 41 a vedação ao descumprimento das normas estabelecidas no Edital.

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Assim, todos os atos inerentes ao certame devem estar estritamente subjugados àquelas regras estabelecidas no Edital.

Assim se consolida também o entendimento tanto da doutrina quanto da jurisprudência.

Para o renomado administrativista HELY LOPES MEIRELLES:

*“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, **quer quanto a documentação**, às propostas, ao julgamento e ao contrato. (grifamos)*

Este também é o posicionamento do mestre JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR:

“Quanto aos princípios nomeados pela Lei n.º 8.666/93, consigne-se, por ora, que: d) o da vinculação ao instrumento convocatório faz do edital ou do convite a lei interna cada licitação, impondo-se a



*observância de suas regras à Administração Pública e aos licitantes, estes em face dela e em face uns dos outros, **nada podendo ser exigido, aceito ou permitido além ou aquém de suas cláusulas e condições;** (...).* (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. Rio de Janeiro. Editora Renovar. 2003. 6.ª Ed., p. 55).

Muitos são os precedentes jurisprudenciais que primam pela indisponibilidade do Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório.

*"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. **Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital;** esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital..."*

*"MANDADO DE SEGURANÇA - Procedimento licitatório - Empresa inabilitada motivadamente por descumprimento de exigências do edital - Edital é lei interna da licitação e **"vincula inteiramente a Administração e os proponentes"** (Hely Lopes Meirelles) - Capacidade operativa não se confunde com capacidade técnica específica - Recurso não provido.*

Conforme ilustrado, tem-se que toda e qualquer decisão tomada pelo agente público dentro do certame, deve estar plenamente subjugado ao que exige o Edital.

Conclui-se portanto que habilitação das empresas Crater; Nolasco e RJL2; estão em total desacordo com o Edital, visto que conforme se demonstrou acima as mesmas não atendem ao exigido no Edital acarretando em consequência, caso seja mantida a habilitação das citadas empresas, na violação do princípio da legalidade que poderá tornar nulo todo o certame.

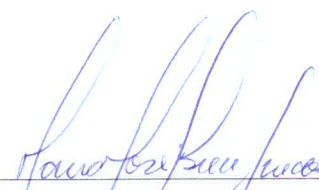


Primando para o sucesso da Licitação em voga e desejando que o certame seja levado à bom termo a fim de atender às necessidades da FAETEC, e mediante todo o exposto, vem esta recorrente, frente à essa r. Comissão de Licitação, pugnar pela **INABILITAÇÃO** das empresas **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA. ; NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME. e RJL2 LTDA.**, por descumprimento de exigências do Edital.

Nestes Termos

Pede deferimento

Rio de Janeiro 08 de junho de 2021.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Paulo Roberto Silva", is written over a horizontal line.

Enge-Wall Construções
CNPJ.: 01.418.115/0001-63

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ENGE-WALL CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 01.418.115/0001-63, situada na Rua Aguiar Moreira, 536 – Bonsucesso- Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 21041-070, neste ato, representada por sua Sócia, **Wânia Gomes Pinho**, empresária, portadora da cédula de Identidade nº **07.706.430-1** CPF: Nº **956.027.557-72**.

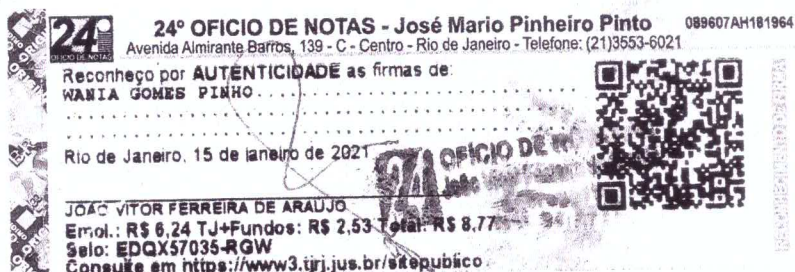
OUTORGADO: **MARIA JOSE ABREU GUEDES**, brasileira, solteira, domiciliada na Av. Italianos, nº 299 – Cep 21510-012 Rocha Miranda / Rio de Janeiro/ RJ - portadora da Carteira de Identidade nº32.274.684-3-DIC/RJ,CPF.: 496.412.556-49

PODERES: Representar a **OUTORGANTE**, bem como os seus sócios junto a repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, podendo dar entrada e retirar documentos, levantar, atualizar e/ou retificar dados cadastrais, participar de atos inerentes a processos licitatórios, propor preços e formular lances, assinar atas, impugnar e propor recursos, requerer e retirar certidões, negociar e parcelar dívidas, e ainda, representação junto á RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL, FAZENDA ESTADUAL E MUNICIPAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, IBAMA, LAIGHT, CEDAE enfim ,praticar tudo o mais que for necessário para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2021

Enge Wall Construções Ltda

Wania Gomes Pinho
Sócia-Diretora



Rua Aguiar Moreira, 536 - Bonsucesso - Cep.: 21041-070 - Rio de Janeiro / RJ - Tel (21) 3341 40 59 -
CNPJ : 01.418.115/0001-63 - email- engewall@engewall.com // licitacao@engewall.com

